

Olá pessoal!

Antes de começarmos deixa eu me apresentar. Meu nome é **Eliane Reis** sou professora no [Momento de Estudar para o CRC](http://www.momentodeestudar.com.br) e Servidora Público Federal como Técnico Administrativo em Educação na Universidade Federal de Uberlândia desde 2014. Sou Bacharel em Ciências Contábeis também pela Universidade Federal de Uberlândia, pós-graduada em Gestão de Negócios e Marketing, autora do Blog Momento de Estudar e atuo também como professora no Preparatório desde 2016.

Aqui nesse arquivo eu trago a Prova CFC 2020.2 que é parte do [Momento de Estudar para o CRC](http://www.momentodeestudar.com.br). Meu objetivo desde 2013, quando fui aprovada no Exame de Suficiência, é de ajudar o maior número de colegas possíveis (de acordo com minha disponibilidade de tempo, claro) e foi assim que surgiu o [Grupo no Facebook](#), o [Blog](#) e depois em 2016 o [Momento de Estudar para o CRC - Preparatório para o Exame de Suficiência](#) e todas as redes sociais.

Faça parte dessa comunidade me seguindo nas redes sociais: [Youtube](#), [Telegram](#), [Instagram](#), [Página no Facebook](#) e [Grupo no Facebook](#). E se você não participa de redes sociais você pode me acompanhar através no [Blog](#).

Opte sempre por começar sua preparação de forma antecipada. Na área do aluno e no canal no Youtube eu deixei de forma gratuita algumas dicas de como se organizar com seus estudos para que você tire o maior proveito desse momento de preparação.

Junto com esse arquivo PDF os alunos do Momento de Estudar para o CRC tem a disposição todas as questões comentadas também em vídeo e PDF e no canal no Youtube você encontra algumas questões comentadas de forma gratuita. Você poderá enviar suas dúvidas nos comentários na área do aluno ou no canal no Youtube. Na última página tem o Gabarito Definitivo disponibilizado pela banca Consulplan.

A hora de estudar é agora! Não perca tempo! Pense na sua vida profissional e trabalhe a favor ela. Vamos juntos?

Matricule-se no Momento de Estudar para o CRC clicando aqui:
<http://momentodeestudar.com.br/preparatorio-exame-suficiencia-cfc/>

Atenção: Esse arquivo foi disponibilizado no Blog Momento de Estudar no endereço www.momentodeestudar.com.br

Para maiores informações entre em contato no email momentodeestudar@gmail.com

Prova Exame de Suficiência CFC 2020.2

01. (CFC/Consulplan/2020.2/Q01) A firma comercial Tomma Ltda. realizou as seguintes transações em fevereiro de 2020:

- Compra de mercadorias para revenda à vista, por R\$ 150.000,00. Nesse valor estão incluídos: ICMS à alíquota de 12%, PIS recuperável à alíquota de 1,65%; e COFINS recuperável à alíquota de 7,6%.
- Venda a prazo no valor de R\$ 130.000,00 de 60% das mercadorias adquiridas com entrega imediata e recebimento em 20/03/20. Os tributos incidentes sobre a venda são: ICMS de 12%; PIS de 1,65%; e, COFINS de 7,6%. O estoque inicial de mercadorias no início do mês era igual a zero.

Considerando somente as transações apresentadas, qual foi o Resultado Bruto obtido pela Tomma Ltda. em fevereiro de 2020?

- a) R\$ 12.375,00
- b) R\$ 24.375,00
- c) R\$ 31.500,00
- d) R\$ 59.125,00

02. (CFC/Consulplan/2020.2/Q02) A Localoda Ltda. adquiriu um veículo por R\$ 180.000,00 em 20/08/2019. Fez contrato de seguro para o referido veículo, cuja vigência é de 18 meses, com início em 01/11/2019. O prêmio total foi de R\$ 27.000,00, a ser pago em 6 parcelas consecutivas mensais, vencendo a primeira em 05/12/2019. Em caso de sinistro, o valor da franquia será de R\$ 14.000,00. De acordo com tais informações e, considerando o Regime de Competência, o total a ser apropriado como despesa de seguros com veículo, no ano de 2019, é de:

- a) R\$ 1.500,00
- b) R\$ 3.000,00
- c) R\$ 4.500,00
- d) R\$ 9.000,00

03. (CFC/Consulplan/2020.2/Q03) A Cia. Branca Ltda. apresentava os seguintes saldos a receber de clientes e perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (PECLD); observe.

	Saldo a receber	PECLD
Cliente X	R\$ 15.000,00	R\$ 1.000,00
Cliente Y	R\$ 18.500,00	R\$ 2.300,00
Cliente W	R\$ 27.300,00	R\$ 5.100,00
Cliente Z	R\$ 31.100,00	R\$ 6.000,00

Após esgotados todos os recursos de cobrança, é utilizados todos os meios judiciais, o departamento jurídico da Cia. Branca Ltda. informou ao departamento contábil sobre fortes evidências de que os clientes Y e Z não pagariam as dívidas auferidas. De acordo informações apresentadas, assinale o lançamento contábil a ser feito pela Cia. Branca Ltda. de modo a apresentar corretamente a baixa dos clientes incobráveis.

- a) D – Despesa com PECLD R\$ 49.600,00
- C – Cliente Y R\$ 18.500,00
- C – Cliente Z R\$ 31.100,00

b) D – PECLD – Cliente Y	R\$ 2.300,00
D – PECLD – Cliente Z	R\$ 6.000,00
C – Cliente Y	R\$ 2.300,00
C – Cliente Z	R\$ 6.000,00
c) D – Cliente Y	R\$ 16.200,00
D – Cliente Z	R\$ 25.100,00
C – Despesa efetiva com perdas	R\$ 33.000,00
C – PECLD	R\$ 8.300,00
d) D – PECLD – Cliente Y	R\$ 2.300,00
D – PECLD – Cliente Z	R\$ 6.000,00
D – Despesa efetiva com perdas	R\$ 41.300,00
C – Cliente Y	R\$ 18.500,00
C – Cliente Z	R\$ 31.100,00

04. (CFC/Consulplan/2020.2/Q04) A firma Enpho Ltda. iniciou suas atividades no dia 02/12/2020. Durante o mês de dezembro desse ano ocorreram os seguintes fatos contábeis:

Dia 2 – Subscrição e integralização de capital no valor total de R\$ 10.000 em dinheiro;

Dia 4 – Compra à vista de móveis e utensílios, na importância de R\$ 1.700;

Dia 10 – Compra de mercadorias nas seguintes condições: R\$ 4.500 à vista e R\$ 1.500 a prazo

Dia 15 – Venda a prazo de R\$ 500 de mercadorias. O custo destas mercadorias foi de R\$ 300;

Dia 20 – Compra de um veículo a ser pago em 05/05/21 por R\$ 700;

Dia 27 – Pagamento de 70% da dívida relativa à compra de mercadorias;

Considerando tais movimentações, o total do Patrimônio Líquido, do Ativo Total e do Passivo Circulante desta empresa totalizou, ao final de 2020, respectivamente:

- a) R\$ 9.800,00; R\$ 11.150,00; R\$ 450,00
- b) R\$ 9.800,00; R\$ 11.150,00; R\$ 1.150,00
- c) R\$ 10.200,00; R\$ 11.350,00; R\$ 450,00
- d) R\$ 10.200,00; R\$ 11.350,00; R\$ 1.150

05. (CFC/Consulplan/2020.2/Q05) A Cia. Odaic Ltda. adquiriu um ativo intangível em 15/07/2017 por R\$ 60.000,00, sem vida útil definida. No encerramento do exercício do ano de 2018, a Cia. Odaic Ltda. apresentava os seguintes saldos sobre esse ativo:

- Ativo Intangível R\$ 60.000,00
- Perda estimada por teste de recuperabilidade R\$ 14.000,00

Em 31/12/19 o Teste de Recuperabilidade do Ativo apresentou as seguintes informações:

- Valor de uso: R\$ 63.000,00
- Valor líquido de venda: R\$ 43.000,00

Com base exclusivamente nessas informações, a Cia. Odaic Ltda. deve contabilizar:

- a) D – Ativo Intangível
C – Receita com teste de recuperabilidade
- b) D – Despesa com perda estimada por teste de recuperabilidade
C – Perda estimada por teste de recuperabilidade (Redutora de Ativo)
- c) D – Perda estimada por teste de recuperabilidade (Redutora de Ativo)
C – Receita de reversão de perda estimada por teste de recuperabilidade
- d) D – Perda estimada por teste de recuperabilidade (Redutora de Ativo)
D – Ativo Intangível
C – Receita de reversão de perda estimada por teste de recuperabilidade

06. (CFC/Consulplan/2020.2/Q06) A Cia. Laika S.A adquiriu 12% as ações da Cia Juma S.A em 15/03/2019, cujo Patrimônio Líquido é de R\$ 1.775.000,00. No final do exercício desse ano, a Cia Juma S.A apurou um lucro de R\$ 36.000,00 e assumiu em assembleia a distribuição de 50% deste lucro em dividendos, a serem pagos em 02/03/2020. Sabendo-se que o investimento realizado na Cia. Juma S.A é avaliado pelo método do custo, qual o lançamento contábil a ser contabilizado para registrar a distribuição dos dividendos em 31/12/19?

- a) D – Dividendos a Receber da Cia Juma S.A (AC)
C – Investimentos realizados na Cia Juma S.A (AnC)
- b) D – Dividendos a Receber da Cia Juma S.A (AC)
C – Receita de Dividendos em Investimentos Avaliados pelo Método de Custo
- c) D – Dividendos a Receber da Cia Juma S.A (AC)
C – Receita de Dividendos em Investimentos Avaliados pelo Método de Custo
- d) D – Investimentos realizados na Cia Juma S.A (AnC)
C – Receita de Dividendos Investimentos Avaliados pelo Método de Custo

07. (CFC/Consulplan/2020.2/Q07) Em 02/01/2019 duas pessoas decidiram criar uma sociedade limitada para comercialização de produtos eletrônicos. O capital social subscrito foi de R\$ 400.000,00 conforme contrato social. O sócio A integralizou R\$ 200.000,00 em moeda corrente e o sócio B integralizou R\$ 150.000,00 em imóveis, cujo valor foi convencionado pelos sócios. Considerando as informações, quais os lançamentos contábeis que representam as operações de subscrição e integralização de capital?

a)	D – Capital Social a Integralizar	R\$ 400.000,00
	C – Capital Social Subscrito	R\$ 400.000,00
	D – Banco c/ movimento	R\$ 200.000,00
	D – Imóveis	R\$ 150.000,00
	C – Capital a Integralizar	R\$ 350.000,00
b)	D – Capital Social Subscrito	R\$ 400.000,00
	C – Capital Social a Integralizar	R\$ 400.000,00
	D – Bancos c/ movimento	R\$ 200.000,00
	D – Imóveis	R\$ 150.000,00
	C – Capital Subscrito	R\$ 350.000,00
c)	D – Capital Social a Integralizar	R\$ 350.000,00
	C – Bancos c/ movimento	R\$ 200.000,00
	C – Imóveis	R\$ 150.000,00
	C – Capital Subscrito	R\$ 50.000,00
d)	D – Bancos c/ movimento	R\$ 200.000,00
	D – Imóveis	R\$ 150.000,00
	C – Capital Subscrito	R\$ 350.000,00

08. (CFC/Consulplan/2020.2/Q08) Em 01 de outubro de 2020 uma sociedade empresária descontou duplicatas de sua emissão no valor de R\$ 125.000,00, 90 dias antes do seu vencimento, cujos riscos do não adimplemento continuam sendo seus. O banco cobrou R\$ 14.000,00 de encargos financeiros (juros + custos de transação), cobrados no ato do desconto e cuja apropriação mensal começou a ser reconhecida no mês da transação. Sendo a taxa efetiva de 4,04% a.m, quais os lançamentos representam as transações ocorridas no mês de outubro de 2020?

a)	D – Bancos	R\$ 111.000,00
	D – Encargos financeiros a transcorrer	R\$ 14.000,00
	C – Duplicatas descontadas	R\$ 125.000,00
	D – Juros passivos	R\$ 4.483,16
	C – Encargos financeiros a apropriar	R\$ 4.483,16
b)	D – Bancos	R\$ 125.000,00
	C – Encargos financeiros a transcorrer	R\$ 14.000,00
	C – Duplicatas descontadas	R\$ 111.000,00
	D – Despesas financeiras	R\$ 4.483,16
	C – Encargos financeiros a apropriar	R\$ 4.483,16
c)	D – Bancos	R\$ 111.000,00
	D – Encargos financeiros a transcorrer	R\$ 14.000,00
	D – Despesas bancárias	R\$ 1.500,00

C – Duplicatas descontadas	R\$ 125.000,00
D – Juros passivos	R\$ 5.048,60
C – Encargos financeiros a apropriar	R\$ 5.048,60
d) D – Bancos	R\$ 111.000,00
D – Encargos financeiros a transcorrer	R\$ 12.500,00
C – Duplicatas descontadas	R\$ 125.000,00
D – Juros ativos	R\$ 4.483,16
C – Juros passivos	R\$ 4.483,16

09. (CFC/Consulplan/2020.2/Q09) Uma sociedade empresária efetuou uma compra a prazo no valor de R\$ 60.000,00 para pagamento em três parcelas anuais de R\$ 20.000,00. Foi contratada uma taxa de juros composta de 15% ao ano. “Considerando as informações disposto na NBC TG 12 – Ajuste a Valor Presente, é possível afirmar que o Ajuste a Valor Presente foi de _____ e o Valor Presente foi de _____”. Assinale a alternativa que completa correta e sequencialmente afirmativa anterior.

- a) R\$ 9.000,00 / R\$ 51.000,00
- b) R\$ 14.335,00 / R\$ 45.664,50
- c) R\$ 20.549,03 / R\$ 39.450,97
- d) R\$ 46.849,68 / R\$ 13.150,32

10. (CFC/Consulplan/2020.2/Q10) A Entidade A é uma empresa que atua na fabricação e venda de motores elétricos e, no exercício social de 2020 (de 01/01/2020 a 31/12/2020), adquiriu o Ativo Imobilizado Alfa pelo valor de R\$ 200.000,00, com recursos do caixa. Com ... aquisição do novo ativo esperava-se elevar a produção e as vendas, buscando superar a retração econômica ocasionada pela pandemia Covid-19. Para se ter uma ideia, no exercício social de 2020, a Receita Líquida de Venda de seus produtos foi 38% inferior em relação ao exercício social de 2019 (de 01/01/2019 a 31/12/2019).

Outras informações evidenciaram que a Entrada A constatou que havia indicações observáveis de que o valor de uso do ativo (Ativo Imobilizado Beta) diminuiu significativamente durante o ano de 2020, mais do que seria de se esperar com resultado da passagem do tempo ou do uso normal. Os relatórios internos apontaram que a produtividade futura esperada desse ativo imobilizado não seria alcançada e, diante disso, foi reconhecida uma perda por não recuperabilidade para registrar contabilmente o Ativo Imobilizado Beta – no balanço patrimonial encerrado em 31/12/2020, por valor que não excedesse seu valor de recuperação. Ademais, as evidências indicaram que ao final de sua vida útil remanescente de dois anos (2021 e 2022) esse ativo teria valor residual igual a zero.

Considere, ainda, outras informações sobre a Entidade A:

- No ano de 2020, o Custo dos Produtos Vendidos apresentou aumento de 20% em relação ao valor de R\$ 200.000,00 reconhecido no ano de 2019.

- Mesmo com o cenário de retração econômica, a Entidade A pagou seus compromissos assumidos com fornecedores. Mas, para tanto, foram captados empréstimos no valor de R\$ 400.000,00, levando ao reconhecimento de Despesas Financeiras no valor de R\$ 20.000,00 no ano de 2020.
- No ano de 2020, as Despesas Comerciais se mantiveram em R\$ 100.000,00 e as Despesas Administrativas apresentaram redução de 8% em relação ao ano de 2019.
- O Ativo Imobilizado Beta é um ativo individual e estava reconhecido ao valor contábil de R\$ 400.000,00 no balanço patrimonial de 2019.
- O Ativo Imobilizado Beta não sofreu nenhum tipo de reavaliação e seu valor justo foi mensurado com base nas expectativas de mercado, dado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros anuais esperados líquidos de despesas de alienação. De acordo com as premissas utilizadas, os valores projetados destes fluxos de caixa futuros foram: R\$ 200.000,00 para 2021 e R\$ 150.000,00 para 2022.
- Dada a expectativa de valor nulo para as despesas de alienação, não havia razão para acreditar que o valor de uso do Ativo Imobilizado Beta excedesse materialmente seu valor justo líquido de despesa de alienação.
- A taxa de desconto que refletia avaliações de mercado sobre o valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos do Ativo Imobilizado Beta foi de 4% ao ano.
- A Receita Líquida de Vendas de seus produtos e as Despesas Administrativas foram, respectivamente R\$ 300.000,00 e R\$ 175.000,00 no ano de 2019.

Levando em consideração somente as informações apresentadas e as Normas Brasileiras de Contabilidade NBC TG 01 (R4) – Redução ao valor recuperável de ativos, NBC TG 46 (R2) Mensuração do valor justo e NBC TG 27 (R4) – Ativo imobilizado, assinale, dentre as alternativas a seguir, aquela com valor que mais se aproxima do Resultado Líquido antes dos Tributos que deveria ser evidenciado na Demonstração de Resultado no encerramento do exercício social de 2020.

- a) R\$ 335.000,00
- b) R\$ 385.000,00
- c) R\$ 404.008,88
- d) R\$ 604.008,88

11. (CFC/Consulplan/2020.2/Q11) No dia 14/09/2020, a Entidade A realizou uma venda de mercadorias no valor de R\$ 80.000,00. Este valor foi parcelado para pagamento em 16 prestações mensais, iguais e consecutivas com juros, sendo a primeira prestação quitada um mês após a venda. A taxa de juros compostos pactuada em contrato com o cliente foi de 2% ao mês e os juros estão embutidos no valor das prestações. O exercício social da Entidade A vai de 01/01 a 31/12 de cada ano e ela adotou o mês comercial de 30 dias para pagamento das prestações desta venda parcelada.

Considerando somente as informações apresentadas e de acordo com o disposto na NBC TG 47 – Receita de contrato com cliente, assinale os lançamentos contábeis que refletem corretamente o reconhecimento da Receita de Venda de Mercadorias realizada em 14/09/2020. Admita que os lançamentos contábeis foram efetuados com valores aproximados.

- a) Débito – Duplicatas a Receber (Ativo Circulante) 94.272,16

Crédito – Receita de Venda de Mercadorias (Resultado) 94.272,16

b) Débito - Duplicatas a Receber (Ativo Circulante) 94.272,16

Crédito – Juros a Apropriar (Ativo Circulante) 14.272,16

c) Débito - Duplicatas a Receber (Ativo Circulante) 88.380,15

Débito – Duplicatas a Receber (Ativo Não Circulante) 5.892,01

Crédito – Juros a Apropriar (Ativo Circulante) 14.156,63

Crédito – Juros a Apropriar (Ativo Não Circulante) 115,53

Crédito – Receita de Venda de Mercadorias (Resultado) 80.000,00

d) Débito - Duplicatas a Receber (Ativo Circulante) 17.676,03

Débito – Duplicatas a Receber (Ativo Não Circulante) 76.596,13

Crédito – Juros a Apropriar (Ativo Circulante) 4.540,76

Crédito – Juros a Apropriar (Ativo Não Circulante) 9.731,40

Crédito – Receita de Venda de Mercadorias (Resultado) 80.000,00

12. (CFC/Consulplan/2020.2/Q12) No exercício social de 2020, uma distribuidora de produtos alimentícios efetuou as seguintes operações:

- Compras de estoques de mercadorias para venda no curto prazo no valor de R\$ 175.000,00.
- Vendas de mercadorias registradas em estoques de curto prazo auferindo Receita Líquida de R\$ 370.000,00.
- Aquisição de um terreno no valor de R\$ 1.000.000,00.
- Reconhecimento de Despesas de Depreciação no valor de R\$ 20.000,00.
- Pagamento de R\$ 45.000,00 referente a valores registrados no Passivo Circulante.
- Aquisição do controle de 100% da Entidade Gama por meio do pagamento de R\$ 700.000,00.

Outras informações

- A entidade manteria o terreno para valorização de capital a longo prazo, não pretendendo vendê-lo no curto prazo.
- As aquisições do terreno e da Entidade Gama foram com base em recursos provenientes do caixa.
- As compras e vendas de mercadorias e pagamento de passivos foram realizados em dinheiro.
- Em 2020, o Custo das Mercadorias Vendidas foi de R\$ 130.000,00.

Considerando somente as informações apresentadas e admitindo que estas são as únicas relevantes para o encerramento do exercício, é correto afirmar que, em 2020, o Balanço Patrimonial da distribuidora apresentou:

- a) Diminuição de R\$ 175.000,00 em seu Ativo Total.
- b) Aumento de R\$ 980.000,00 em seus Ativos Imobilizados.
- c) Diminuição de R\$ 1.505.000,00 em seus Ativos Circulantes.
- d) Aumento de R\$ 1.700.000,00 em seus Ativos Não Circulantes.

13. (CFC/Consulplan/2020.2/Q13) A Entidade B é a única controladora (100%) da Entidade A e avalia esse investimento pelo Método da Equivalência Patrimonial. Além disso, a conta Investimentos Permanentes em Outras Sociedades que B detém refere-se, exclusivamente, à sua participação em A. No exercício social encerrado em 31/12/2019 estas duas entidades apresentaram os seguintes saldos em seus respectivos Balanços Patrimoniais individuais:

BALANÇOS PATRIMONIAIS		
31/12/2019		
	ENTIDADE A	ENTIDADE B
Ativo Total	1.500.000	4.150.000
Ativo Circulante	500.000	1.500.000
Caixa e Equivalentes de Caixa	250.000	1.000.000
Contas a receber	200.000	350.000
Estoque de Mercadorias	50.000	150.000
Ativo Não Circulante	1.000.000	2.650.000
Ativo Realizável a Longo Prazo	0,00	300.000
Investimentos Permanentes em Outras Sociedades	0,00	1.450.000
Imobilizado	1.000.000	800.000
Intangível	0,00	100.000
Passivo Total	1.500.000	4.150.000
Passivo Circulante	50.000	250.000
Obrigações Sociais e Trabalhistas	8.000	30.000
Fornecedores	40.000	200.000
Obrigações Fiscais	2.000	20.000
Passivo Não Circulante	0,00	100.000
Outras Obrigações	0,00	100.000
Patrimônio Líquido	1.450.000	3.800.000
Capital Social Realizado	1.200.000	3.000.000
Reservas	250.000	800.000

As Entidades A e B apresentaram as seguintes informações correspondentes ao exercício social de 2020:

- Metade do Estoque de Mercadorias que constava no Balanço Patrimonial (em 2019) de B foi vendido para A.
- B efetuou operações de venda de mercadorias somente para A. Todas as vendas foram a prazo e a receita total dessas vendas foi de R\$ 150.000,00.
- A revendeu para terceiros todas as mercadorias adquiridas de B. A receita total (à vista) auferida por A foi de R\$ 250.000,00.

Considerando somente as informações apresentadas e as Normas Brasileiras de Contabilidade NBC TG 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e NBC TG 18 (R3) – Investimento em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto, assinale o valor do Resultado Consolidado no encerramento do exercício

social de 2020. Admita que as informações apresentadas são as únicas relevantes para apuração do resultado do exercício.

- a) R\$ 75.000,00
- b) R\$ 100.000,00
- c) R\$ 175.000,00
- d) R\$ 275.000,00

14. (CFC/Consulplan/2020.2/Q14) No exercício social que compreendeu 01/01/2020 até 31/12/2020, a Entidade A apresentou as seguintes informações em sua Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC):

Dados obtidos na DFC da entidade <u>A</u>	Exercício social de 01/01/2020 a 31/12/2020
Diminuição em contas a receber	73.650,00
Aquisição de ativo imobilizado	(100.000,00)
Aumento em fornecedores nacionais	28.000,00
Diminuição em estoques de mercadorias para revenda	45.491,00
Aquisição de ativo intangível	(7.000,00)
Aumento na provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	1.728,00
Dividendos pagos	(46.000,00)
Aumento em provisão para garantias de mercadorias para revenda	9.000,00
Depreciação e amortização do exercício	13.000,00
Diminuição em obrigações sociais e trabalhistas	(3.000,00)
Lucro Líquido do exercício	172.087,00
Aumento em perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	2.000,00
Aquisição de propriedades para investimentos	(207.000,00)
Captação de empréstimos e financiamentos de curto prazo	20.000,00

Considerando somente as informações apresentadas e a NBC TG 03 (R3) – Demonstração dos fluxos de caixa, assinale a alternativa correta.

- a) O aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa foi de 144.141,00.
- b) O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais foi de 341.956,00.
- c) O caixa líquido consumido pelas atividades de investimento foi de (207.000,00).
- d) O caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento foi de (314.000,00).

15. (CFC/Consulplan/2020.2/Q15) Há fatores que podem impactar diretamente na contabilidade, ainda que não sejam puramente de mercado.

Neste contexto, uma das definições trazidas pelo CPC 02, refere-se a um conceito de vital importância para o dia a dia de um contador e que pode ter correlação com variáveis que não sejam de mercado (por exemplo: instabilidade política).

A definição ora citada é a “diferença resultante da conversão de um número específico de unidades em uma moeda para outra moeda, a diferentes taxas cambiais”. Esta diferença é denominada:

- a) Inflação.
- b) Depreciação.
- c) Juros de mora.
- d) Variação cambial.

16. (CFC/Consulplan/2020.2/Q16) Determinada empresa agrícola de grande porte exporta a totalidade de sua produção para clientes localizados na China. Num contexto como esse, o significado de moeda funcional é de grande importância. Esse conceito corresponde:

- a) À relação de troca entre duas moedas.
- b) À moeda do ambiente econômico principal no qual a entidade opera.
- c) À taxa de câmbio normalmente utilizada para liquidação imediata das operações de câmbio.
- d) Às unidades de moeda mantidas em caixa e ativos e passivos a serem recebidos ou pagos em um número fixo ou determinado de unidades de moeda.

17. (CFC/Consulplan/2020.2/Q17) Um contador que queira refletir nas demonstrações contábeis, negócios celebrados em moeda estrangeira e operações no exterior de determinada entidade deve consultar o CPC 02. Nos termos deste CPC, a taxa a ser utilizada – caso o contador queira converter ativos e passivos celebrados por esta entidade – é aquela:

- a) Da média do exercício.
- b) Da data de ocorrência das transações.
- c) Da data do fechamento na data do respectivo balanço.
- d) Livremente estipulada pelo contador, dentro de critérios razoáveis.

18. (CFC/Consulplan/2020.2/Q18) A Indústria Alfa, responsável por dois tipos de produtos, A e B, é formada por três departamentos de produção (corte, costura e pintura) e dois departamentos de serviços (almoxarifado e administração geral da produção).

A produção do produto A passa pelos três departamentos de produção; o produto B é realizado apenas nos departamentos de corte e costura. Em determinado período, foram produzidas 15.000 e 10.000 unidades, respectivamente; os custos diretos foram os seguintes (em \$):

Custos diretos	A	B	C
Material	10.000	15.000	25.000
Mão de obra	20.000	20.000	40.000
Total	30.000	35.000	65.000

Os CIP são alocados inicialmente aos departamentos (conforme quadro a seguir) e, depois, destes aos produtos.

Departamentos	CIP (em \$)
Corte	14.000
Costura	20.000
Pintura	8.000
Almoxarifado	5.000
Adm. Geral da produção	8.000
Total	55.000

Os custos do departamento da administração geral da produção são os primeiros a serem distribuídos aos demais; a base é o número de funcionários, a saber:

Departamentos	Nº de funcionários
Corte	10
Costura	12
Pintura	6
Almoxarifado	4
Total	32

O segundo a ser distribuído é o departamento do almoxarifado, que é rateado e distribui seus custos à base do número de requisições:

Departamentos de Produção	Número de requisições
Corte	600
Costura	600
Pintura	300
Almoxarifado	1.500

Sabe-se que a distribuição dos custos dos departamentos de produção aos produtos é feita em função do volume produzido.

Considerando as informações anteriores e sabendo que a indústria adota a departamentalização na alocação dos custos indiretos de fabricação, qual o custo unitário do produto A e B, respectivamente?

- a) 3,87 e 6,20
- b) 4,15 e 5,77
- c) 4,20 e 5,70
- d) 4,49 e 5,27

19. (CFC/Consulplan/2020.2/Q19) A Cia. Faz Agora, em um determinado período, concluiu os seguintes gastos (em \$ mil) de um determinado produto:

Compra de matéria-prima	R\$ 11.000,00
Mão de obra	R\$ 5.000,00
Despesas comerciais e administrativas da empresa no período	R\$ 4.000,00
Supervisão geral da produção	R\$ 2.900,00
Aluguel da fábrica	R\$ 600,00
Estoque inicial de matéria-prima	R\$ 3.000,00
Consumo de lubrificantes nos equipamentos de produção	R\$ 400,00
Manutenção preventiva de máquinas comuns de produção	R\$ 500,00
Despesas financeiras	R\$ 200,00
Estoque final de matéria-prima	R\$ 5.000,00
Supervisão do almoxarifado de matéria-prima	R\$ 1.400,00
Depreciação de equipamentos de produção	R\$ 300,00
Seguro dos equipamentos de fábrica	R\$ 340,00
Energia elétrica consumida na produção	R\$ 790,00
Propaganda de marketing do produto	R\$ 1.500,00

Considerando os dados, o custo de produção do período, em reais, foi de:

- a) R\$ 14.000,00
- b) R\$ 21.230,00
- c) R\$ 22.730,00
- d) R\$ 26.930,00

20. (CFC/Consulplan/2020.2/Q20) A Indústria Beta adquiriu matéria-prima no valor de \$ 50.000,00 e sabe-se que o produto final não é considerado ativo qualificável. Entretanto, para realizar essa aquisição, foi necessário um financiamento, cujos encargos somaram \$ 2.500,00. Com base nas informações anteriores, como a empresa deverá registrar a operação citada?

- a) Custo fixo total R\$ 52.500,00
- b) Custo da matéria-prima R\$ 52.500,00.
- c) Custo da matéria-prima R\$ 50.000,00 e Custo fixo R\$ 2.500,00
- d) Custo da matéria-prima R\$ 50.000,00 e Despesa financeira R\$ 2.500,00.

21. (CFC/Consulplan/2020.2/Q21) A Indústria Gama produz 500 unidades por mês do produto A. Os gastos totais da empresa são:

Materiais diretos = R\$ 10.000,00
Mão de obra = R\$ 15.000,00
Custos indiretos de produção = R\$ 25.000,00
Despesas = R\$ 30.000,00

Sabendo que a empresa utiliza o Custeio Pleno ou RKW (Reichskuratorium fur Wirtschaftlichkeit), qual é o custo pleno unitário?

- a) R\$ 50,00
- b) R\$ 80,00
- c) R\$ 100,00

d) R\$ 160,00

22. (CFC/Consulplan/2020.2/Q22) Assinale o registro contábil, pela informação de natureza patrimonial, na entidade do setor público, referente ao recebimento de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

a) Débito: 6.2.1.1.x.xx.xx Receita a Realizar
Crédito: 6.2.1.2.x.xx.xx Receita Realizada

b) Débito: 8.2.1.1.1.xx.xx Disponibilidade por Destinação de Recursos (DDR)
Crédito: 8.2.1.1.4.xx.xx DDR Utilizada

c) Débito: 3.5.2.2.4.xx.xx Transferências ao Fundep – Inter OFSS – Estado
Crédito: 3.5.2.2.4.xx.xx Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional – Consolidação (F)

d) Débito: 1.1.1.1.1.xx.xx Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional – Consolidação (F)
Crédito: 4.5.2.2.4.xx.xx Transferência do Fundep – Inter OFSS – Estado

23. (CFC/Consulplan/2020.2/Q23) Na Contabilidade Aplicada ao Setor Público, no que diz respeito ao orçamento, tem-se a previsão e realização das receitas públicas e a fixação e execução das despesas públicas. Nesse sentido, assinale a alternativa correta sobre as seguintes situações hipotéticas.

a) Em um orçamento público onde a Despesa Fixada foi de R\$ 1.000,00 e a Despesa Realizada foi de R\$ 800,00, verificou-se um excesso de despesas.

b) Em um orçamento público onde a Receita Realizada foi de R\$ 900,00 e a Receita Prevista foi de R\$ 1.000,00, pode-se dizer que foi verificada uma insuficiência de arrecadação.

c) Em um orçamento público em que a Receita de Capital Realizada foi de R\$ 900,00 e a Despesa de Capital Realizada foi de R\$ 1.300,00, houve um superávit de capital de R\$ 400,00.

d) Em um orçamento público em que a Despesa Realizada foi de R\$ 1.200,00 e a Receita Arrecadada foi de R\$ 1.000,00, pode-se dizer que houve um superávit orçamentário de R\$ 200,00.

24. (CFC/Consulplan/2020.2/Q24) De acordo com o art. 105 da Lei nº 4.320/1964, junto com o Balanço Patrimonial, será também demonstrando Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes. Nesse sentido, determinada entidade do setor público apresentou os seguintes dados:

Conta Contábil	Valor (em R\$)
Despesa empenhada	1.300,00
Restos a pagar inscritos	900,00
Receitas patrimoniais recebidas	1.500,00
Despesa corrente liquidada	1.000,00

Com base nos dados, essa entidade apresentará um valor total de superávit financeiro de:

- a) R\$ 100,00
- b) R\$ 200,00
- c) R\$ 500,00
- d) R\$ 600,00

25. (CFC/Consulplan/2020.2/Q25) Uma empresa tem sua receita de venda por produto de R\$ 600,00 e seu custo variável total é de R\$ 500.000,00. Os custos fixos totais equivalem a R\$ 800.000,00 para uma produção mensal de 2.500 unidades, sendo que essa empresa tem capacidade de produção de 3.000 unidades.

Com base nos dados fornecidos, a quantidade de produto e o valor da receita total para alcançar o ponto de equilíbrio contábil são, respectivamente:

- a) 1.500 unidades e R\$ 900.000,00
- b) 1.786 unidades e R\$ 1.071.600,00
- c) 1.847 unidades e R\$ 1.107.700,00
- d) 2.000 unidades e R\$ 1.200.000,00

26. (CFC/Consulplan/2020.2/Q26) Determinada empresa estabelece o preço de venda de suas mercadorias com base no custo de aquisição. Sabe-se que o custo de aquisição de determinado produto é de R\$ 20,00 por unidade, os tributos incidentes sobre as vendas somam 33%, as despesas administrativas 7% e o lucro desejado antes dos impostos diretos é de 20%. Com base nos dados fornecidos, o preço de venda do produto será de:

- a) R\$ 28,00
- b) R\$ 32,00
- c) R\$ 33,33
- d) R\$ 50,00

27. (CFC/Consulplan/2020.2/Q27) A controladoria é o segmento da contabilidade responsável pelo controle orçamentário e administrativo de uma empresa, utilizando diversas técnicas orçamentárias e de gestão. Entre estes instrumentos está a Earned Value Analysis (EVA) ou Análise de Valor Agregado.

Nesse sentido, o controller de uma sociedade empresária analisou um projeto originalmente previsto para durar um ano, em determinada data de controle, pela técnica de EVA, sendo que a situação do referido projeto nessa data era:

Valor Planejado (VP) ou <i>Planned Value</i> (PV)	R\$ 800,00	Equivalente a 50% do planejado
Valor Agregado (VA) ou <i>Earned Value</i> (EV)	R\$ 300,00	Equivalente a 35% do planejado
Custo Real (CR) ou <i>Actual Cost</i> (AC)	R\$ 630,00	

Com base nessas informações, e considerando que o gerente tem um comportamento otimista e acredita que o restante do trabalho será executado de acordo com o Valor Planejado (VP), assinale a alternativa que indica o orçamento na data de conclusão (BAC):

- a) R\$ 940,00
- b) R\$ 1.260,00
- c) R\$ 1.600,00
- d) R\$ 2.400,00

28. (CFC/Consulplan/2020.2/Q28) Um empregado foi contratado de acordo com as seguintes informações:

- Regime de trabalho: mensalista.
- Horário de trabalho: 4 horas por dia, de segunda-feira a sábado.
- Piso salarial da categoria: R\$ 2.300,00 para uma jornada de 220 horas mensais.

Considerando o disposto no Decreto-Lei nº 5.452/1943 e na Lei nº 13.467/2017 – Reforma Trabalhista, o valor mínimo do salário do empregado mensalista deverá ser de:

- a) R\$ 1.150,00
- b) R\$ 1.254,55
- c) R\$ 1.447,55
- d) R\$ 2.300,00

29. (CFC/Consulplan/2020.2/Q29) Considere que determinada mercadoria sujeita ao ICMS no regime de substituição tributária (ICMS/ST) foi vendida por uma empresa industrial para empresa varejista, localizada no mesmo estado sendo:

- Valor da venda: R\$ 1.000,00.
- Valor do frete e seguro: R\$ 200,00.
- Alíquota interna do ICMS: 12%.
- Alíquota do IPI: 5%
- MVA: 40%.

O valor do ICMS a ser recolhido por substituição tributária será de:

- a) R\$ 44,00
- b) R\$ 67,68
- c) R\$ 211,68
- d) R\$ 144,00

30. (CFC/Consulplan/2020.2/Q30) Uma empresa apresentava um quadro societário com as seguintes participações, observe.

Sócio	%	Qde. Cotas	Valor cota	Capital Social
João Alvarez	45%	45	R\$ 1.000	R\$ 45.000,00
João Alvarez Júnior	10%	10	R\$ 1.000	R\$ 10.000,00

José Albano	45%	45	R\$ 1.000	R\$ 45.000,00
Total	100%	100		R\$ 100.000,00

Em 20/09/2019 o sócio João Alvarez faleceu; o sócio José Albano ajuizou uma ação de apuração de haveres na qual pediu a avaliação dos bens da sociedade, com base em valores de mercado. Após a elaboração do Balanço de Determinação foram apresentados os seguintes haveres:

Valor do ativo ajustado	R\$ 250.000,00			
(-) Obrigações ajustadas	(R\$ 110.000,00)			
(=) Situação Líquida	R\$ 140.000,00			
Sócio	%	Qde. Cotas	Valor cota	Capital Social
João Alvarez	45%	45	R\$ 1.400	R\$ 63.000,00
João Alvarez Júnior	10%	10	R\$ 1.000	R\$ 14.000,00
José Albano	45%	45	R\$ 1.400	R\$ 63.000,00
Total	100%	100		R\$ 140.000,00

Considerando que João Alvarez era viúvo e João Alvarez Júnior era seu único filho, é correto afirmar que:

- José Albano terá a maioria da participação na empresa e detenção de R\$ 77.000,00 do Capital Social.
- João Alvarez Júnior continuará com a participação de 10% na empresa, mas terá direito a R\$ 63.000,00 de haveres do sócio falecido.
- José Albano terá 55 cotas da empresa que totalizará R\$ 63.000,00 do Capital Social e não receberá o restante de haveres do sócio falecido.
- João Alvarez Júnior terá direito a R\$ 63.000,00 de haveres do sócio falecido e passará a ter 55 cotas da empresa que totalizará R\$ 77.000,00 do Capital Social.

31. (CFC/Consulplan/2020.2/Q31) Precisando de capital de giro, a empresa Trotsi contratou em uma instituição financeira um empréstimo R\$ 65.000,00, a ser quitado por meio de um único pagamento de R\$ 68.500,00 no prazo de um mês.

No ato da contratação, foi paga uma tarifa de serviço bancário de 1,5% cobrada sobre o valor do empréstimo.

Considerando tais informações dadas, qual é a taxa de juros nominal e a taxa de juros efetiva, respectivamente, cobrada por este empréstimo?

- 1,5% a.m e 5,38% a.m
- 5,38% a.m e 6,99% a.m
- 5,47% a.m e 6,88% a.m
- 5,51% a.m e 7,03% a.m

32. (CFC/Consulplan/2020.2/Q32) O comercial varejista Entropa Ltda. obteve um empréstimo em uma instituição financeira no montante de R\$ 600.000,00, a ser pago em 5 prestações trimestrais consecutivas e postecipadas.

A taxa de juros composta neste empréstimo é de 1% a.m e as prestações seguirão o Sistema de Amortização Constante (SAC). Considerando essas informações, qual é o valor, aproximadamente, da quinta prestação a ser paga?

- a) R\$ 121.200,00
- b) R\$ 123.600,00
- c) R\$ 123.636,12
- d) R\$ 127.272,24

33. (CFC/Consulplan/2020.2/Q33) Em relação à Folha de Pagamento de uma Sociedade Empresária foram extraídos os seguintes dados, em 31.12.2019; observe.

Verbas Salariais	Saldo (R\$)
Salário Bruto	1.200.000,00
INSS empresarial	856.140,00
Horas Extras + DSR s/ HE	750.000,00
Comissões	700.000,00
Adicional Insalubridade	560.000,00
Adicional Noturno + DSR s/ HE	548.700,00
Adicional Periculosidade	522.000,00
Faltas Injustificadas e Atrasos	487.954,00
INSS retido	470.877,00
IRPF	350.000,00
FGTS	342.456,00
Vale Transporte descontado	325.870,00
Empréstimo Consignado	200.000,00
Auxílio-Maternidade	25.000,00
Salário-Família	8.000,00

Tomando como base apenas os dados fornecidos, qual o montante apropriado como despesa na Demonstração do Resultado do Exercício em 31.12.2019?

- a) R\$ 2.624.053,00
- b) R\$ 3.847.649,00
- c) R\$ 4.665.472,00
- d) R\$ 4.758.342,00

34. (CFC/Consulplan/2020.2/Q34) Uma Sociedade Empresária adquiriu uma máquina em 10/04/2019, com disponibilidade para uso imediato, pelo valor de R\$ 900.000,00, com valor residual de 15% e uma vida útil de 10 anos. Em 31.12.2019, as despesas de depreciação na Demonstração do Resultado do Exercício serão de:

- a) R\$ 51.000,00
- b) R\$ 57.375,00
- c) R\$ 67.500,00
- d) R\$ 90.000,00

35. (CFC/Consulplan/2020.2/Q35) Uma Sociedade Empresária realizou em 18/12/2019 uma venda a prazo no valor de R\$ 100.000,00 ao custo de R\$ 60.000,00, com a incidência de ICMS de 20%. No dia 26/12/2019, recebeu 30% em devolução das vendas realizadas no dia 18/12/2019.

Considerando somente essas informações, qual o Resultado Bruto após essas transações?

- a) R\$ – 4.000,00
- b) R\$ 14.000,00
- c) R\$ 20.000,00
- d) R\$ 38.000,00

36. (CFC/Consulplan/2020.2/Q36) Ocorreram os seguintes fatos contábeis em uma sociedade empresária, por conseguinte apresentou as informações ocorridas durante o exercício de 2019:

- Juros passivos relativos a dezembro/2019, já pagos, no valor de R\$ 18.750,00.
- Juros passivos relativos a janeiro/2020, ainda não pagos, no valor de R\$ 27.000,00.
- Juros passivos relativos a dezembro/2019, ainda não pagos, no valor de R\$ 24.000,00.
- Juros passivos relativos a janeiro/2020, já pagos, no valor de R\$ 30.000,00.
- Juros ativos relativos a dezembro/2019, já recebidos, no valor de R\$ 50.000,00.
- Juros ativos relativos a janeiro/2020, ainda não recebidos, no valor de R\$ 43.000,00.
- Juros ativos relativos a dezembro/2019 e ainda não recebidos no valor de R\$ 30.000,00.

Em observância ao Regime de Competência, qual o resultado dos Encargos Financeiros a ser apresentado na Demonstração do Resultado do Exercício em 31/12/2019?

- a) R\$ 23.000,00
- b) R\$ 26.000,00
- c) R\$ 37.250,00
- d) R\$ 61.250,00

37. (CFC/Consulplan/2020.2/Q37) “João contador, graduado em Ciências Contábeis, possui um escritório de médio porte e admitiu José Agenciador, que possui ensino médio, para captar clientes. Em contrapartida, José Agenciador assumiu a parte de Departamento Pessoal do escritório de João Contador e passou a receber participação nos honorários recebidos pelo escritório, sem que tenha qualquer formação contábil. Em contrapartida ele recebe participação nos honorários.”

Em relação à situação hipotética apresentada é correto afirmar que infringe a NBC PG 01 – Código de Ética Profissional do contador no que tange a:

- a) Efetuar ações publicitárias que denigrem a imagem dos colegas.
- b) Facilitar o exercício da profissão aos não habilitados ou impedidos.
- c) Não cumprir os programas de educação continuada estabelecidos pelo CFC.
- d) Oferecer serviços profissionais com redução excessiva no valor dos honorários.

38. (CFC/Consulplan/2020.2/Q38) Analise as afirmativas correlatas a seguir.

I. “A carga tributária brasileira é uma das mais altas do mundo, mas acaba não sendo revertida para a população sob forma de bons serviços públicos e melhoria de qualidade de vida. Considerando tal fato, é viável e aceitável que os clientes sejam orientados a reduzir seu gasto tributário, seja pela postergação do pagamento de tributos ou por sua sonegação.”

PORQUE

II. “É dever do contador exercer a profissão com zelo, diligência, honestidade e capacidade técnica, observando as Normas Brasileiras de Contabilidade e a legislação vigente, resguardando o interesse público, os interesses de seus clientes ou empregadores, sem prejuízo da dignidade e independência profissionais.”

É correto afirmar que:

- a) A primeira afirmativa está incorreta, e a segunda correta.
- b) A primeira afirmativa está correta, e a segunda incorreta.
- c) As duas afirmativas estão corretas, e a segunda justifica a primeira.
- d) As duas afirmativas estão corretas, mas a segunda não justifica a primeira.

39. (CFC/Consulplan/2020.2/Q39) A conduta ética do contador deve seguir os preceitos estabelecidos na Norma Brasileira de Contabilidade NBC PG 01 – Código de Ética Profissional do Contador. Assinale a alternativa INCORRETA referente ao que preconiza essa norma sobre os deveres do contador.

- a) Se um contador for indicado para um trabalho e, ele próprio, reconhecer que não tem capacidade para a especialização solicitada, não deverá aceitar a indicação.
- b) Para exercer as funções da profissão, o contador deverá fazer os Programas de Educação Profissional Continuada de acordo com o Conselho Federal de Contabilidade.
- c) Na execução de um trabalho, o contador não deverá fazer comentários parciais sobre a matéria que constitui objeto do trabalho, ou seja, prezando pela independência profissional.
- d) O contador, em um trabalho que envolve questões judiciais, pode e deve manifestar alegações de cunho pessoal sobre os direitos de quaisquer das partes interessadas, ou da justiça da causa em que estiver servindo.

40. (CFC/Consulplan/2020.2/Q40) O Decreto-Lei nº 9.295/1946 criou o Conselho Federal de Contabilidade, bem como define as atribuições do contador e do guarda-livros, e dá outras providências. Essa legislação sofreu algumas alterações posteriormente. Considerando essa legislação e suas alterações, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

() Um contador não deve exercer trabalho de perícias extrajudiciais, uma vez que essa atividade não pode ser considerada como um trabalho técnico de contabilidade.

() Um contador, que está registrado no Conselho Regional Contabilidade de Minas Gerais, mudou-se de domicílio e passou a exercer a profissão no Estado de São Paulo.

Nesse caso, esse profissional atenderá os preceitos do Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo.

() Para manter a unidade de ação, o Conselho Federal de Contabilidade deve aprovar os Regimentos Internos organizados pelos Conselhos Regionais, podendo alterar o que entender necessário.

A sequência está correta em

- a) V, F, F.
- b) V, F, V.
- c) F, V, V.
- d) F, V, F.

41. (CFC/Consulplan/2020.2/Q41) Considerando a constituição de uma Sociedade Empresária, o acionista X realizou a subscrição de 1.725.000 ações, ao valor nominal de R\$ 1,00 cada. Sua integralização será efetuada por meio de integralização de máquinas e equipamentos, cuja documentação foi entregue, tempestivamente, à Assembleia Geral de Constituição, apresentando um montante de R\$ 1.717.500,00.

A Assembleia Geral de Constituição, por sua vez, nomeou três Empresas Especializadas para avaliação das máquinas e equipamentos, sendo: Empresa Especializada A R\$ 2.400.000,00, Empresa Especializada B R\$ 1.800.000,00 e Empresa Especializada C R\$ 1.650.000,00. A Assembleia Geral de Constituição aprovou o valor das máquinas e equipamentos pelo montante de R\$ 1.800.000,00.

Conforme preceitua a Lei nº 6.404/76 das Sociedade por Ações, qual o valor do Capital Subscrito e do Capital Integralizado pelo acionista X, respectivamente?

- a) R\$ 2.400.000,00 e R\$ 1.722.000,00
- b) R\$ 1.650.000,00 e R\$ 1.950.000,00
- c) R\$ 1.725.000,00 e R\$ 1.717.500,00
- d) R\$ 1.800.000,00 e R\$ 2.400.000,00

42. (CFC/Consulplan/2020.2/Q42) Uma Sociedade Empresária Comercial, que não possui nenhum tipo de ação judicial tributária ajuizada, realizou, em 2019, venda de mercadorias, registradas contabilmente no estoque por R\$ 250.000,00, pelo valor de R\$ 650.000,00, sendo 30% à vista e o restante em 30, 60 e 90 dias.

Nessa operação, os tributos incidentes foram: 18% ICMS, 0,65% PIS e 3% COFINS. No ano de 2019 ocorreram, também, as seguintes despesas administrativas: Água – R\$ 150,00; Luz – R\$ 240,00; Salários e Encargos Sociais – R\$ 2.300,00.

Com base nas informações, qual o Resultado na Demonstração de Resultado do Exercício?

- a) R\$ 106.492,50
- b) R\$ 256.585,00
- c) R\$ 259.275,00

d) R\$ 280.310,00

43. (CFC/Consulplan/2020.2/Q43) Uma Sociedade Empresária apresentou as seguintes contas contábeis com seus respectivos saldos em 31/12/2019; observe.

Conta Contábil	Natureza da conta	Saldo (R\$)
Provisões para Contratos Onerosos	Credora	1.912,50
Prêmios de Seguros a Apropriar	Devedora	1.687,50
Mercadorias	Devedora	970,00
Juros sobre Capital Próprio a Pagar	Credora	562,50
ISS Retido na Fonte a Recolher	Credora	2.475,00
IRPJ a Compensar	Devedora	900,00
Impostos a Pagar	Credora	787,50
Fornecedores	Credora	337,50
Equipamentos	Devedora	900,00
Empréstimos a Pagar	Credora	562,50
Dividendos a Pagar	Credora	900,00
(-) Capital a Integralizar	Devedora	2.250,00
Créditos com Partes Relacionadas	Devedora	2.700,00
Contas a Receber	Devedora	450,00
Clientes	Devedora	675,00
Capital Subscrito	Credora	3.375,00
Caixa	Devedora	450,00
Bancos Conta Movimento	Devedora	787,50
Adiantamento de Salários	Devedora	1.237,50
Adiantamento de Clientes	Credora	337,50
Prejuízos Acumulados	Devedora	675,00

Tendo como base apenas as informações apresentadas e de acordo com a NBC TG 26 (R5) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, o total do Passivo Exigível, em 31/12/2019, é de:

- a) R\$ 7.875,00
- b) R\$ 8.100,00
- c) R\$ 9.225,00
- d) R\$ 11.250,00

44. (CFC/Consulplan/2020.2/Q44) Uma Sociedade Empresária apresentou as seguintes contas contábeis com seus respectivos saldos em 31/12/2019; observe.

Conta Contábil	Natureza da conta	Saldo (R\$)
Faturamento Bruto de Venda de Produtos	Credora	3.500.000,00
Receita Bruta de Venda de Serviços	Credora	2.000.000,00
Receitas das Operações Descontinuadas	Credora	1.500.000,00
ICMS sobre Vendas	Devedora	990.000,00
Reserva Especial para Ágio na Incorporação	Credora	950.000,00

Custos dos Produtos Vendidos	Devedora	857.500,00
Dividendos Adicional Proposto	Credora	780.000,00
Receita com Vendas de Itens não Circulante	Credora	700.000,00
Mais Valia sobre Ativos Líquidos das Investidas	Devedora	560.000,00
Despesas das Operações Descontinuadas	Devedora	548.700,00
Ajustes Acumulados de Conversão – Outros Resultados Abrangentes	Credora	522.000,00
Resultado de Equivalência Patrimonial	Credora	487.954,00
Despesa com Vendas de itens não circulante	Devedora	325.870,00
ISS sobre Faturamento	Devedora	275.000,00
Custo dos Serviços Prestados	Devedora	248.759,00
Despesas Financeiras – Juros – Ajuste a Valor Presente	Devedora	200.000,00
Ajuste a Valor Presente sobre Faturamento	Devedora	175.000,00
Despesas Administrativas com Salários e Encargos Sociais	Devedora	159.780,00
Abatimento sobre Vendas	Devedora	159.000,00
Imposto sobre Produto Industrializados – IPI	Devedora	150.000,00
Devoluções sobre Vendas	Devedora	145.000,00
(-) Encargos Financeiros a Transcorrer – Debêntures	Devedora	140.000,00
COFINS sobre Faturamento	Devedora	135.300,00
(-) Perda Estimada para Redução ao Valor Recuperável	Credora	98.500,00
Descontos Incondicionais	Devedora	59.855,00
ICMS a Recuperar	Devedora	32.158,00
PIS sobre Faturamento	Devedora	29.315,00
Despesas Administrativas com Lanches, Refeições e Conduções	Devedora	15.487,00
Despesa com IRPJ Diferido	Devedora	8.745,00
(-) Ajuste a Valor Presente – Estoques	Credora	5.874,00
Despesas Tributárias – IPTU	Devedora	4.857,00

Considerando-se apenas as informações apresentadas e de acordo com a NBC TG 26 (R5) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, o Resultado Líquido do Exercício, em 31/12/2019, é de:

- a) R\$ 3.699.786,00
- b) R\$ 4.411.230,00
- c) R\$ 4.524.086,00
- d) R\$ 5.324.002,00

45. (CFC/Consulplan/2020.2/Q45) No final de 2019, os sócios e diretores de uma empresa importadora de produtos contendo tabaco (especificamente cigarros), foram surpreendidos pela fiscalização da autoridade fiscal brasileira. Em referida fiscalização, foi encontrado estoque de 19.760 maços de cigarros estrangeiros. A autoridade fiscal determinou que fossem apresentados os documentos comprobatórios da regular importação dos referidos produtos.

Frente à inércia dos representantes legais da empresa, todo o estoque de cigarros foi apreendido e demais providências legais devidamente adotadas. Considerando a gravidade e as circunstâncias da ocorrência, a empresa contratou serviços de auditoria nas demonstrações contábeis, a fim de apurar o ocorrido e contestar administrativamente e, se necessário, judicialmente, os cálculos dos tributos e contribuições devidos e as penalidades aplicadas.

Após análise de todos os documentos disponibilizados pela empresa, o profissional contratado para realização dos serviços, constatou-se que não foi apresentada à auditoria, documentação comprobatória da regular importação dos cigarros apreendidos. Ao amparo da NBC TA nº 250/2019, o profissional decide conduzir a auditoria levando em consideração a estrutura legal e regulamentar aplicável, conforme disposto a seguir:

- a) as empresas fabricantes dos cigarros estrangeiros apreendidos, na empresa auditada, não possuem autorização para negociar seus produtos em território brasileiro.
- b) o valor aduaneiro dos 19.760 maços de cigarros estrangeiros apreendidos é de R\$ 16.020,91 (dezesseis mil, vinte reais e noventa e um centavos);
- c) a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – TIPI, classifica o produto com a NCM: 2402.20.00 (cigarros que contenham tabaco) e estabelece alíquota de 300% sobre 15% do valor de varejo;
- d) o preço mínimo de venda, no varejo, do maço de cigarros, válido em todo o território nacional, abaixo do qual fica proibida a sua comercialização, é de R\$ 5,00 (cinco reais);
- e) a alíquota do Imposto de Importação da Tarifa Externa Comum – TEC, para cigarros, é de 20%;
- f) a multa legalmente estabelecida para cada maço de cigarros apreendido é de R\$ 2,00 (dois reais);
- g) a alíquota do ICMS é de 25% nas operações com cigarros e produtos de tabacaria;
- h) os fabricantes e importadores de cigarros pagam as contribuições para o PIS/Pasep e Cofins como contribuintes e como substitutos tributários dos comerciantes atacadistas e varejistas, calculados da seguinte forma:

PIS/Pasep	Cofins
0,65% x 3,42 x Preço de venda a varejo (R\$)	3% x 2,9169 x Preço de venda a varejo (R\$)

Tendo por base o total de maços de cigarros estrangeiros apreendidos na empresa, o auditor, no decorrer de seu trabalho e independentemente da tipificação penal e demais apurações e aspectos legais envolvidos, os quais foram oportunamente considerados, efetuou os cálculos do II, IPI, PIS/PASEP, COFINS, ICMS e multa que seriam devidos, com base na legislação vigente aplicável à época e resumida anteriormente, os quais totalizaram:

- a) R\$ 74.527,11
- b) R\$ 83.348,57
- c) R\$ 122.868,57
- d) R\$ 136.041,90

46. (CFC/Consulplan/2020.2/Q46) No que se refere a exames relacionados à adoção de estimativas contábeis e à avaliação das distorções identificadas durante os trabalhos de auditoria, assinale a alternativa correta.

- a) Quando o auditor identificar que o valor divulgado nas demonstrações contábeis é maior ou menor que o valor da estimativa contábil ao valor justo, ele deve concluir pela existência de distorção nas demonstrações contábeis.
- b) Nos trabalhos de auditoria, para identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante, com base no entendimento da entidade e do ambiente em que a mesma se insere, o auditor tem de ter pleno conhecimento da totalidade das afirmações relevantes existentes nas demonstrações contábeis.
- c) Na execução dos trabalhos voltados à avaliação de risco e atividades relacionadas, o auditor deve ter conhecimento de como os responsáveis pela administração da empresa identificam os fatos e circunstâncias que podem levar à necessidade de reconhecimento de estimativas nas demonstrações contábeis.
- d) A natureza das informações disponíveis à administração de uma empresa, no que se refere a itens das demonstrações contábeis que não dispõem de formas para mensurações precisas, não afeta o risco de distorção relevante das referidas demonstrações, haja vista que esse risco é inerente à suscetibilidade, por parte da administração, à tendenciosidade.

47. (CFC/Consulplan/2020.2/Q47) Em uma questão judicial acerca de valor cobrado sobre a aquisição de imóvel, a decisão final condena o devedor ao pagamento da obrigação contratual no valor apresentado pelo Laudo Pericial. As informações contratuais são apresentadas a seguir:

- Valor do empréstimo: R\$ 10.000,00.
- Data de liberação: 30/04/2019.
- Data de vencimento: 30/04/2020.
- Encargos contratuais: juros compostos de 12% a.a. e correção pela inflação do período.
- Forma de pagamento: parcela única do principal, juros e correção no vencimento.
- Inflação acumulado do período: 6% a.a.

Um dos quesitos apresentados pelo Juiz foi: “Queira o Senhor Perito informar qual foi a taxa real de juros.”

Considerando as informações, o valor apresentado no Laudo Pericial que responde ao quesito corresponde a:

- a) 1,5%
- b) 2,16%
- c) (5,08%)
- d) 5,36%

48. (CFC/Consulplan/2020.2/Q48) “O contador Pedro Alves foi nomeado para elaborar os cálculos de liquidação para apuração do valor devido na reclamação trabalhista, visto que a prova do fato dependia de conhecimento técnico-científico. Após a apresentação do laudo pericial, o Juiz concluiu que o empregador deveria pagar a quantia apurada no Laudo Pericial. Entretanto, o empregado descobriu que o perito do juízo era cunhado do empregador e que havia prestado informações inverídicas no laudo, beneficiando, assim, o empregador.”

Nesse caso, é INCORRETO afirmar que o contador:

- a) Está cometendo ato ilícito.
- b) Tem responsabilidade civil.
- c) Está sendo omissivo intencionalmente.
- d) Não possui responsabilidade civil, que é do cliente.

Pandemia acelera digitalização dos micro e pequenos empreendedores

A pandemia acelerou os processos de migração dos micro e pequenos empreendedores para os meios digitais, mostrou uma pesquisa do Sebrae-SP.

O levantamento apontou que 22% deles passaram a usar plataformas on-line nos últimos meses, enquanto 60% que já utilizavam, intensificaram as operações virtuais.

É o caso do Henrique Kagohara, por exemplo, que está faturando 30% a mais do que no ano passado, devido à repaginada que ele e os seus sócios deram nos perfis da loja de pesca nas redes sociais. Com essa mudança, eles conseguiram conquistar mais 2,5 mil seguidores.

“A gente oferece o conteúdo, oferece como fazer a pescaria, onde fazer a pescaria. E, por trás disso, tem o produto que nós temos aqui e o nosso contato”, conta Henrique.

“A gente desperta o interesse da pessoa através do tipo de pescaria que ela anda pesquisando ou vendo nas redes sociais”.

No parque tecnológico de São José dos Campos (SJC), no interior de São Paulo, um projeto piloto ajudou donos de seis pequenas empresas a entrarem no mundo virtual, a partir do zero.

Empresas de tecnologia criaram páginas em redes sociais e em espaços de comércio on-line, além de treinarem os comerciantes para atualizar o conteúdo e melhorar a comunicação com os clientes.

“A diferença fundamental é que as imagens daquele produto [...] precisam ser tratadas”, diz Marcelo Nunes, coordenador do projeto.

“Eu preciso ter formas de pagamento, utilização de cartão, emissão de nota fiscal, eu preciso ter a logística depois de vender, como vou entregar. [...] Nós executamos isso para o cliente durante o processo da transformação”, acrescenta.

A microempreendedora Clélia Rosângela Barros é uma das pessoas que participou da iniciativa. Ela entendeu que precisava perder o receio de usar a internet quando teve que fechar a ótica. Clélia ficou sem se comunicar com os seus clientes e sem faturar.

Mas o projeto a ajudou a mudar essa situação e a empreendedora já vê o resultado, já que as vendas da sua loja chegaram a crescer pelo menos 5%.

“É um caminho sem volta, agora é só aprimorar, praticar”, diz Clélia.

(Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/pme/noticia/2020/12/21/pandemia-acelera-digitalizacao-dos-micro-e-pequenos-empresarios.ghtml>. Acesso em: dezembro de 2020.)

49. (CFC/Consulplan/2020.2/Q49) De acordo com a tipologia textual apresentada, pode-se afirmar que a norma padrão da língua portuguesa é o nível adequado de linguagem a ser utilizado e empregado; deste modo, considere a estrutura linguística do título atribuído ao texto e assinale a consideração correta a respeito.

- a) Uma reescrita possível para o enunciado apresentado seria: “Pandemia acelera digitalização dos micros e pequenos empreendedores.”
- b) A justificativa para a composição apresentada para o uso da forma sem o plural é que o termo “micro” se trata de um elemento de composição.
- c) Quando dois adjetivos modificam um substantivo no plural, é possível apenas uma concordância tal qual ocorre em: “as polícias civil e militar”, ou seja, os dois adjetivos permanecem no singular.
- d) Ao relacionar o termo “pandemia” à forma verbal “acelera”, o enunciador ultrapassa o limite da linguagem denotativa o que significa dizer que a adequação indicada no enunciado da questão é intencionalmente rejeitada.

50. (CFC/Consulplan/2020.2/Q50) Em todo discurso é possível reconhecer que o nível de linguagem utilizado, a estruturação, assim como os recursos empregados para a construção de determinada mensagem têm uma intencionalidade determinada e específica. No texto em análise, além do enunciador principal, é possível observar outras vozes que são inseridas como recurso na construção do discurso. Sobre isso, pode-se afirmar que:

- a) Tais citações demonstram a utilização de recursos de natureza lógica que conferem consistência ao texto sem que seja necessário haver articulação entre os demais segmentos textuais.
- b) Cada um dos trechos em que foram inseridos os discursos diretos por meio de uma citação demonstram a utilização de um recurso que tem por objetivo fortalecer a ideia central apresentada no texto.
- c) Ao inserir diferentes citações em seu texto, o enunciador demonstra que seu principal objetivo é persuadir o leitor e convencê-lo de aderir ao posicionamento por ele apresentado de forma clara e direta.
- d) As citações feitas no texto são recursos de natureza lógica e linguística que demonstram a subjetividade predominantemente presente no texto, oferecendo ao leitor a possibilidade de refletir sobre o assunto apresentado.

GABARITO DEFINITIVO - EXAME DE SUFICIÊNCIA COMO REQUISITO PARA OBTENÇÃO DE REGISTRO PROFISSIONAL EM CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE (CRC)

As questões com # foram anuladas;

As questões em **negrito** tiveram a alternativa de resposta alterada;

As demais permaneceram inalteradas.

CURSO: BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS (TIPO 01 – BRANCA)

01	C	26	D
02	B	27	C
03	D	28	B
04	D	29	B
05	C	30	D
06	B	31	B
07	A	32	C
08	A	33	C
09	B	34	B
10	#	35	B
11	C	36	C
12	C	37	B
13	C	38	A
14	B	39	D
15	D	40	C
16	B	41	C
17	C	42	B
18	D	43	A
19	B	44	A
20	D	45	D
21	D	46	C
22	D	47	#
23	B	48	D
24	B	49	B
25	D	50	B